

Ministério de Minas e Energia
Assessoria de Comunicação Social – ASCOM

Destaque: (em negrito) Matérias que citam o Ministro Bento Albuquerque ou o MME:

Sumário

VEÍCULO: O Globo.....	2
Título: Bolsonaro: "Problema não é de hoje"	2
Título: Criminosos incendeiam até escolas no Ceará.....	2
VEÍCULO: O Estado de S. Paulo	3
Título: » Agora vai.	3
Título: PF liga Palocci, Lobão e Delfim a Belo Monte	4
Título: Petrobrás indica novo membro para o conselho.....	5
VEÍCULO: Valor Econômico.....	5
Título: Clima: governo tem poucas ideias. E confusas	5
Título: Energia solar investe R\$ 5,2 bi e projeta crescer 44% em 2019	8
Título: Davos e a sustentabilidade	10
Título: Destaques	12
Título: Cosan aposta em geração de caixa da Comgás	13
Título: Prata perde atratividade e cotação mantém queda.....	15
Título: Curtas	16
Título: Para XP, Ibovespa pode bater 125 mil pontos após avanço da Previdência	17

VEÍCULO: O Globo**Data: 22/01/2019****Seção: O Mundo****Autor:****Título: Bolsonaro: "Problema não é de hoje"**

Faísca militar

> Ao desembarcar em Davos, na Suíça, para o Fórum Econômico Mundial, o presidente Jair Bolsonaro, indagado sobre a rebelião nos arredores de Caracas, disse: "A Venezuela está com problemas não é de hoje. Esperamos que rapidamente mude o governo da Venezuela."

> O governo brasileiro tem mantido contato frequente com líderes da oposição no país vizinho, para articular um possível governo de transição. Na semana passada, opositores de Nicolás Maduro — como o presidente do Tribunal Supremo de Justiça no exílio, Miguel Ángel Martín — foram recebidos em Brasília pelo presidente e pelo ministro das Relações Exteriores, Ernesto Araújo.

> O chanceler assinou nota em que acusa o governo Maduro de "narcotráfico, tráfico de pessoas, lavagem de dinheiro e terrorismo" "O Brasil, porém, enfrenta limitações para aplicar sanções a Caracas, como fizeram países vizinhos. Entre as dificuldades, estão a fronteira de mais de 2.000 km com a Venezuela, ou o fato de Roraima depender da **Energia** daquele país.

VEÍCULO: O Globo**Data: 22/01/2019****Seção: O País****Autor:****Título: Criminosos incendeiam até escolas no Ceará**

Ataques ocorreram em Itarema, no litoral do estado; desde janeiro, já foram 225 ataques

Os ataques criminosos voltaram a crescer no Ceará no vigésimo dia de ações contínuas de criminosos. Entre a noite de domingo e a madrugada de ontem, foram registradas pelo menos cinco ocorrências. Duas escolas públicas foram incendiadas em Itarema, no Litoral Oeste do estado. Livros, eletrodomésticos e cadeiras foram destruídos. Um ônibus escolar também foi queimado na cidade. Ainda na madrugada, bandidos atearam fogo num caminhão de lixo na cidade de Jaguaruana, no Vale do Jaguaribe. Na noite de domingo, um ônibus também

foi destruído no Bairro Mondubim, em Fortaleza. Não há registro de pessoas feridas nesses ataques. Em São Benedito, seis criminosos atearam fogo e lançaram um coquetel molotov em uma **subestação da Enel, distribuidora de Energia no Ceará**.

Conforme a empresa, no local destruído do incêndio funcionava apenas um escritório, e a cidade não foi prejudicada por falta de **Energia**. Desde o dia 2 de janeiro, quando começaram as ações criminosas, ocorreram 225 ataques contra ônibus, carros, prédios públicos, prefeituras e comércios em 48 dos 184 municípios cearenses. As ações começaram em Fortaleza e se espalharam para a Região Metropolitana e diversas cidades do interior. A Secretaria da Segurança Pública do Ceará confirmou que 403 pessoas já foram detidas por envolvimento nas ações criminosas. Para tentar conter os ataques, o governo estadual convocou 1,2 mil policiais militares da reserva para reforçar a segurança nas ruas. O Ministério da Justiça enviou agentes da Força Nacional e reforço da Polícia Rodoviária Federal para o estado. Policiais militares e agentes penitenciários de outros estados brasileiros também foram deslocados ao Ceará após o início dos crimes. (Do G1)

VEÍCULO: O Estado de S. Paulo

Data: 22/01/2019

Seção: Colunas

Autor:

Título: » Agora vai.

Coluna do Broadcast

O ministro da Economia, Paulo Guedes, abre sua agenda desta terça, 22, em Davos, com uma reunião que pode destravar a tentativa de unir os negócios das petroquímicas LyondellBasell, da Holanda, e Braskem, do Brasil. Logo cedo, Guedes recebe o presidente do conselho da holandesa. Sócia da companhia brasileira, a Odebrecht pretende juntar a operação das duas para ser parte de um grupo maior.

» **Elétrico.** Na sequência, Guedes deverá tratar de outro imbróglio. Terá reunião com o presidente da Iberdrola, José Ignacio Sánchez Galán. No Brasil, o grupo espanhol controla a Neoenergia, que tem o Banco do Brasil como sócio e não é de hoje que a instituição financeira tenta se desfazer das ações. A Neoenergia também poderia participar das privatizações da **Eletrobras**.

» **O retorno.** O executivo da Ternium, Glauco Sabatini, será o novo diretor comercial da Mineração Usiminas (Musa). Essa será a segunda vez dele na Usiminas. Antes, foi assessor da presidência durante a gestão de Julián Eguren,

que deixou a siderúrgica em meio à briga entre os controladores da Usiminas. A Musa, no entanto, já foi colocada à venda pela Usiminas, que contratou ano passado o BTG Pactual para sair em busca de um comprador. COM CRISTIANE BARBIERI E LUCIANA COLLET

VEÍCULO: O Estado de S. Paulo

Data: 22/01/2019

Seção: Política

Autor: Ricardo Brandt Luiz Vassallo

Título: PF liga Palocci, Lobão e Delfim a Belo Monte

A Polícia Federal no Paraná anexou ao inquérito que investiga propinas na construção da usina de Belo Monte, no Pará, laudo pericial sobre corrupção da Odebrecht que relaciona valores do centro de custo da obra nos arquivos do setor de propinas da empreiteira aos ex-ministros Antonio Palocci, Edison Lobão e Antonio Delfim Netto. As informações corroboram com o que Palocci disse em sua delação premiada.

O laudo do Setor Técnico Científico da PF diz que há registros de que "Italiano", "Esquálido" e "Professor" estão relacionados a valores do centro de custo "Belo Monte" nos arquivos do setor de propinas da Odebrecht. Os codinomes eram usados para identificar, respectivamente, Palocci, Lobão e Delfim.

"Foram constatados, a partir de exames periciais em arquivos disponíveis no material (...), registros de transações monetárias entre a empresa Odebrecht e os beneficiários de codinomes "Italiano", "Esquálido" e "Professor" com débito na Obra/Centro de Custo "UHE Belo Monte", afirma laudo contábil- financeiro, assinado pelo perito criminal federal Ivan Roberto Ferreira Pinto.

O documento anexado ao inquérito da PF em Curitiba é de 30 de outubro do ano passado – um mês antes de Palocci ter os benefícios de seu acordo de colaboração reconhecidos pelo Tribunal Regional Federal da 4.ª Região (TRF-4), e ir para casa, depois de dois anos preso, para cumprir prisão domiciliar em regime semiaberto.

A produção do laudo foi feita para "buscar todos os recursos negociados, tratados, pagos e liquidados, por conta da obra da Usina **hidrelétrica** de Belo Monte ou outra rubrica que identifique a obra nos sistemas, não devendo a busca se restringir aos sistemas da empresa (Odebrecht), mas podendo também ser objeto de todos os materiais apreendidos em decorrência das buscas e apreensões cumpridas na Operação Lava Jato".

Defesas. Os advogados de Delfim, Ricardo Tosto e Jorge Nemr, disseram que ele "não ocupa cargo público desde 2006 e não cometeu nenhum ato ilícito em

qualquer tempo". Para o advogado de Lobão, Antônio Carlos de Almeida Castro, o Kakay, é "lamentável" que "se considere como prova documento criado por um delator, sem nenhum indício de veracidade".

VEÍCULO: O Estado de S. Paulo

Data: 22/01/2019

Seção: Economia

Autor: Beth Moreira E Reuters

Título: Petrobrás indica novo membro para o conselho

A estatal Petrobrás informou ontem, em comunicado ao mercado, que seu acionista controlador, o governo federal, indicou o professor Nivio Ziviani para exercer o cargo de membro do conselho de administração da companhia.

A indicação ocorre após o geólogo John Forman ter renunciado à sua indicação para membro do colegiado na semana passada, "visando evitar qualquer tipo de constrangimento ou problema para a companhia", devido a uma disputa em andamento com a Comissão de Valores Mobiliários (CVM).

Segundo a estatal, Ziviani é engenheiro mecânico, com mestrado em Informática pela PUC-RJ e PhD em Ciência da Computação pela Universidade de Waterloo (Canadá). Ele foi professor titular de Ciência da Computação da UFMG, sendo professor emérito desde 2005 e membro da Academia Brasileira de Ciências desde 2007.

Como empreendedor, fundou várias empresas, como Kunumi, Neemu, Akwan Information Technologies e Miner Technology Group. Ziviani é também um dos criadores da ferramenta de busca TodoBR.

VEÍCULO: Valor Econômico

Data: 22/01/2019

Seção: Brasil

Autor: Daniela Chiaretti

Título: Clima: governo tem poucas ideias. E confusas

Há 30 anos um amigo jornalista ouviu de seu primeiro editor, ao entregar o primeiro texto de sua vida profissional, a seguinte avaliação: "Suas ideias são poucas, porém confusas". A frase cômica se aplica tristemente ao reordenamento feito pelo governo do presidente Jair Bolsonaro no tópico "mudança do clima" nos ministérios pertinentes. Se há algum clima (com o perdão do trocadilho) nas pastas que eram protagonistas do assunto, a de Meio Ambiente (MMA) e a das Relações Exteriores, é o de "barata-voa". São só 22 dias de governo, é verdade, mas por enquanto reina o caos.

Caso esses ministérios tenham agora alguma atribuição verdadeira em termos de mudança climática, o tópico foi bem escondido no organograma que reestruturou o governo. O que era uma forte prioridade nas duas pastas foi enxugado, disperso e relegado a um plano indefinido. A Secretaria de Mudança do Clima e Florestas era a maior do MMA, com 140 pessoas. Produziu planos nacionais de adaptação aos impactos climáticos e levava adiante políticas de combate ao desmatamento da Amazônia e do Cerrado. Agora, ninguém sabe, ninguém viu. No Itamaraty, que tinha um formidável time de negociadores climáticos e uma subsecretaria para lidar com o tema, o assunto foi pendurado em algum lugar da recém-criada Secretaria de Assuntos de Soberania Nacional e Cidadania. Imagina-se que esteja em "proteção da atmosfera".

Esse redesenho traduz desinformação, ideologia e uma inevitável dose de risco à economia e à segurança do país. As declarações de "saio-e-fico" do presidente Jair Bolsonaro sobre a permanência ou não do país no Acordo de Paris, iniciadas durante a campanha e repetidas por integrantes do governo, ilustram esses equívocos.

Nenhum país pode sair do Acordo de Paris antes de 2020

Na terça-feira, a última agenda do chanceler Ernesto Araújo foi com seus pares Teresa Cristina Corrêa da Costa Dias, da Agricultura, e Ricardo de Aquino Salles, do Meio Ambiente. A agenda é pública, mas o conteúdo, não. A versão que corre é que Araújo teve que ser convencido pelos outros dois a não retirar o Brasil do Acordo de Paris. A soturna desconfiança do chanceler sobre o maior acordo climático internacional parece ter sido vencida por argumentos econômicos e ambientais dos outros dois. Basta passar os olhos pelo acordo e ver o quanto essa discussão é bizarra.

Nenhum dos 195 países signatários do Acordo de Paris pode sair dele, se assim desejar, antes de novembro de 2020. Nenhum é nenhum mesmo. Os Estados Unidos - surpresa! - continuam lá. Os negociadores americanos seguem indo a todas as conferências do clima, as famosas CoPs, sentam em seus devidos lugares e trabalham. Defendem os interesses americanos, brecam o que entendem ser recuos chineses em transparência, cuidam para que as posições dos EUA estejam lá. Não são tontos de abandonar o barco e deixar os outros decidirem à revelia. Vai que um dia os EUA tenham outro governo e voltem. Renegociar o texto é muito mais difícil, até para a nação mais poderosa do mundo.

Não se sai do Acordo de Paris com bravatas. Em 1º de junho de 2017, nos jardins da Casa Branca, o presidente Donald Trump fez seu show ao anunciar que os EUA "sairiam" do acordo. O futuro do pretérito se explica pelo artigo 28 do acordo.

Funciona assim: o acordo começou a vigorar em 4 de novembro de 2016. A comunicação oficial de um país signatário que se arrependeu só pode ser feita três anos depois de o tratado ter entrado em vigor - em 4 de novembro de 2019. Só então o país rebelde pode informar a Seção de Tratados da ONU em Nova York. Se Trump cumprir o que prometeu, os EUA poderão sair do acordo em 4 de novembro de 2020.

Há uma coincidência irônica nessas datas: trata-se do dia seguinte às eleições americanas, que devem acontecer em 3 de novembro de 2020. Seja qual for o resultado da eleição, Trump ainda será presidente, pode assinar a saída e, aí sim, os EUA terão deixado o Acordo de Paris. Mas, se o tratado tem regras para quem quer sair, não estabelece normas para quem quer voltar. O novo presidente pode decidir assim e tudo se resolver rápido. O que vale para os EUA vale para todos. O dano disso tudo está na mensagem ruim que o país dá aos outros, aos investidores em energia limpa, ao fluxo de capital da nova economia.

Outro ponto que revela desconhecimento sobre como funcionam as negociações internacionais é a conversa de Trump (copiada pelo presidente Bolsonaro e pelo ministro Salles) de que o país pode até ficar no Acordo de Paris, mas quer renegociar o texto. Não que a ideia seja impossível de concretizar, mas é improvável. As mudanças precisariam ser combinadas com os russos, com os chineses, com os indianos, com os outros 190 países que ratificaram o tratado climático. Trump quis reabrir o texto, ninguém deu a mínima abertura. Para o Brasil, este debate não faz o menor sentido econômico, ambiental e jurídico.

O que está por trás do capricho de tirar os termos que remetem a clima e ao combate ao desmatamento da estrutura dos ministérios? Supõe-se que, pela falta do nome, a sociedade não vai mais cobrar políticas para a Amazônia? Quando a seca continuar castigando colheitas e cidades, de quem se cobrará as políticas de adaptação? Quando chuvas cada vez mais fortes castigarem o país, a quem se recorrerá? Qual o entendimento do governo Bolsonaro para o maior desafio desta e das futuras gerações de humanos? Será tudo entendido como um castigo divino porque brasileiros não vestem azul e brasileiras não vestem rosa? Ou uma grande conspiração marxista para impedir nossa venda de grãos?

É um alívio notar que em outras pastas as atribuições continuam similares. O Ministério da Ciência e Tecnologia deve continuar com os inventários nacionais de emissões de gases-estufa. No da Economia juntou-se o que fazia a Fazenda e o Planejamento - estudos de precificação e mercados de carbono e o acompanhamento do financiamento climático de fontes externas - e a vida segue.

O Ministério da Agricultura é uma exceção: ali o tema ganhou status. Pode ser um bom sinal de se querer impulsionar a agricultura de baixo carbono e a pecuária sustentável. O ruim são as outras mensagens da pasta que se apropriou da demarcação de terras indígenas, territórios quilombolas e reforma agrária e do Sistema Florestal Brasileiro, com o cadastro que indica os passivos ambientais dos produtores rurais.

Daniela Chiaretti é repórter especial

E-mail: daniela.chiaretti@valor.com.br

VEÍCULO: Valor Econômico

Data: 22/01/2019

Seção: Brasil

Autor: Rodrigo Polito | Do Rio

Título: Energia solar investe R\$ 5,2 bi e projeta crescer 44% em 2019

O setor de geração de energia solar deverá investir R\$ 5,2 bilhões neste ano, no mesmo patamar em relação a 2018, de acordo com estimativas da Associação Brasileira de Energia Solar Fotovoltaica (Absolar). Desse total, R\$ 3 bilhões estão previstos para geração distribuída, nome dado à produção de energia próxima dos pontos de consumo, e o restante para parques solares de grande porte.

A entidade prevê que a capacidade instalada de geração de energia solar no Brasil cresça 44% em 2019, para 3.306,4 megawatts (MW) instalados. Desse montante, 2.716 MW são relativos a usinas solares de grande porte, e 1.130,4 MW, de projetos de geração distribuída espalhados pelo país.

Em 2018, o setor de energia solar praticamente dobrou de tamanho, ante o ano anterior. De acordo com a Absolar, o segmento fechou o ano passado com 2.295 MW instalados, sendo 1.793,1 de usinas solares e 501,9 MW de sistemas de geração distribuída.

Dentro da cadeia da indústria de energia solar, os números são ainda mais expressivos. Levantamento feito pela Greener, empresa de pesquisa e consultoria especializada no setor, que será lançado nesta semana indica que, em 2018, o mercado brasileiro de módulos fotovoltaicos, principal equipamento da indústria, movimentou cerca de 2.200 MW em peças, entre importações e produção nacional.

Pelos cálculos da Greener, o setor movimentou R\$ 7,4 bilhões no ano passado, sendo R\$ 4 bilhões no segmento de geração distribuída e R\$ 3,4 bilhões na área de parques solares de grande porte.

Segundo o diretor da Greener, Márcio Takata, o número de empresas integradoras (que projetam, vendem e instalam módulos fotovoltaicos) no país cresceu de 2,7 mil, em janeiro de 2018, para mais de 6 mil, no início deste ano, um aumento de mais de 120%. "Isso dá uma ideia da evolução do setor", afirmou Takata.

Outro canal, o Portal Solar, ambiente eletrônico que faz a intermediação entre consumidores interessados, fornecedores e instaladores de sistemas fotovoltaicos, movimentou R\$ 100 milhões em equipamentos de geração distribuída no ano passado. Para 2019, o portal prevê um volume de negócios fechados por intermédio do site de R\$ 500 milhões.

Outro dado interessante do portal é relativo ao perfil dos interessados em adquirir equipamentos de geração fotovoltaica em telhados. Do total de 1,2 milhão de consultas feitas no portal no ano passado, a maioria delas foi de consumidores da classe C - famílias com renda mensal de R\$ 2.370 a R\$ 5.715. Para Rodolfo Meyer, diretor-executivo do Portal Solar, um dos motivos para a procura foi a escalada nas tarifas de energia nos últimos anos.

Com relação ao custo, Meyer indica que o preço do "kit solar" - conjunto de equipamentos necessários para um projeto de geração distribuída - caiu cerca de 75% na última década.

A queda dos preços também é observada por Takata, da Greener. Segundo ele, para ter uma ideia, um sistema residencial de 4 quilowatts (kW) de capacidade custava cerca de R\$ 33 mil, em 2016. No ano passado, esse valor já havia recuado um terço, para R\$ 22 mil.

O executivo enxerga continuidade na queda de preços dos equipamentos nos próximos anos, porém em ritmo menor. "O módulo fotovoltaico vai ter, sem dúvida, uma redução de preços nos próximos anos, mas não será na mesma velocidade que vinha tendo nos últimos dez anos."

Além da queda do preço e do ganho de escala, outro fator que tem contribuído para a disseminação dos sistemas de geração de energia solar distribuída é o modelo regulatório atual, que permite outras formas de aproveitamento e comercialização da energia produzida pelos equipamentos. Hoje, por exemplo, é possível produzir energia em uma fazenda solar e vender essa produção para consumidores situados na mesma área de concessão de distribuição interessados em consumir energia limpa e com custo inferior à tarifa das distribuidoras.

Nessa linha, a francesa Engie prevê concluir no primeiro semestre a construção de uma fazenda solar de 2,5 MW em Minas Gerais. "Isso facilita que você, não

tendo um telhado para colocar seu painel, ainda assim possa ter uma economia", afirmou o presidente da Engie no Brasil, Maurício Bähr.

Takata cita também donos de galpões logísticos. "Até hoje, o galpão logístico ganha dinheiro arrendando o piso. E esse dono do galpão está percebendo que ele consegue ampliar a oportunidade de resultado de investimento para o ativo se investir em energia solar, gerando receitas por meio de locação [de energia] para o inquilino dele", disse. "Os grandes gestores de ativos imobiliários estão percebendo que a energia pode ser um elemento muito importante para potencializar receitas."

VEÍCULO: Valor Econômico

Data: 22/01/2019

Seção: Opinião

Autor: Marina Grossi

Título: Davos e a sustentabilidade

O ano de 2019 chegou com vários desafios, inúmeros questionamentos e uma certeza: chegaram ao fim os dias em que as empresas e governos poderiam pensar apenas em termos de seus resultados, sem avaliar causas e consequências socioambientais. Mais que isso, os próprios resultados agora dependem diretamente dessa variável. E a situação não é diferente para o poder público ou para a sociedade civil. A questão da sustentabilidade transcende o mundo acadêmico, invade sem cerimônia as principais salas de reunião de executivos, além de ser uma variável competitiva para os países conquistarem melhores posições na nova geopolítica global.

As empresas já perceberam valor nisso e investem. Estudo do Conselho Empresarial Brasileiro para o Desenvolvimento Sustentável (CEBDS) lançado no final de 2018, apontou que suas empresas associadas investiram US\$ 85,8 bilhões nos últimos dois anos em medidas que contribuem para a redução de emissões de suas unidades de produção. A maior parte envolveu o uso de tecnologias de eficiência energética, otimização de processos e busca por fontes energéticas de baixo carbono. Juntos, esses projetos foram responsáveis pela redução de 212,1 milhões de tCO₂ e no período, o que corresponde a um volume equivalente a 27% da meta total de redução assumida pelo Brasil no Acordo de Paris até 2025.

Sustentabilidade é hoje sinônimo de bons negócios no mundo empresarial e também no político. A boa notícia é que no caso do Brasil já saímos na frente

em relação aos outros países. Não só temos ativos ambientais ímpares, como podemos utilizar a própria preservação das nossas florestas como variável de competitividade, tornando-as modelos para o mundo todo, com técnicas avançadas de manejo, já comuns por aqui e pouco conhecidas lá fora. Além disso, temos energias renováveis em abundância e cada vez com custo menor e mais competitivo, sem exigir subsídios e oferecendo oportunidades inúmeras de investimentos.

A sustentabilidade é importante para os países obterem melhores posições na nova geopolítica global

Por isso mesmo há uma atenção especial à primeira viagem e primeiro pronunciamento internacional do presidente do Brasil, Jair Bolsonaro, durante a reunião anual do Fórum Econômico Mundial (WEF) em Davos, na Suíça. Ele estará entre três mil tomadores de decisões da política, negócios e ciência. Ao lado do seu superministro da economia, Paulo Guedes, desperta curiosidade sobre o que terá a dizer em relação a políticas de desenvolvimento sustentável do país, cumprimento do Acordo de Paris, combate ao desmatamento e ampliação da exploração da rica biodiversidade nacional.

Elencar as vantagens brasileiras no combate às mudanças climáticas é tão importante quanto apontar as oportunidades de investimentos em saneamento básico. Mostrar ao mundo os esforços que nossas empresas vêm fazendo para aumentar sua eficiência no uso da água, o crescimento da matriz energética renovável, e as boas experiências na abordagem da biodiversidade e do reflorestamento podem atrair investimentos e ajudar a "vender muito bem o País". Há um gargalo de investimentos em infraestrutura no Brasil, e é a hora de mostrar esse espaço para atrair recursos e mudar cenários que fazem com o que ainda tenhamos um pé no século XIX, como no caso da falta de acesso ao saneamento básico, especialmente nas regiões Norte e Nordeste. E tudo isso é sustentabilidade.

Uma fala internacional em um espaço tão seletivo e qualificado como Davos funciona como uma plataforma prática para o Brasil explicar seus planos na área comercial, fiscal, digital, de inovação, de produtividade, desestatização e combate à corrupção. E tudo isso está diretamente conectado à sustentabilidade. Afinal, é ingenuidade pensar que esse conceito não seja utilizado ora como barreira comercial, ora como oportunidade de investimento por governos e empresas para a tomada de decisões.

Cabe ressaltar que as empresas europeias foram as responsáveis por mais da metade dos empregos gerados no Brasil por investimento greenfield de 2006 a 2015. A União Europeia é o segundo maior mercado de produtos agrícolas brasileiros e vêm de lá os principais investidores em infraestrutura nos últimos anos. Por outro lado, sabemos que os negócios gerados a partir da nova economia podem resultar em US\$ 26 trilhões na forma de benefícios econômicos até 2030, criando mais de 65 milhões de postos de trabalho e evitando 700 mil mortes prematuras por poluição do ar, segundo análise do New Climate Economy. É preciso conjugar essas premissas com nossas demandas visando um futuro sustentável, que preserve as nossas riquezas naturais, mas que garanta um salto nos indicadores de qualidade de vida da população.

Além disso, temos problemas urgentes a resolver: Os números do desmatamento seguem na contramão do esforço de restauração. De acordo com o Instituto Imazon, a derrubada da floresta cresceu 40% entre agosto de 2017 e julho de 2018. Em 12 meses, foram perdidos 300 mil hectares - o que se pretende repor no principal projeto de plantio de árvores na Amazônia. Mais do que ativismo ambiental, isso é perda de recursos naturais e financeiros para o Brasil. É preciso pensar em medidas para conter essa sangria.

Não se trata mais de investir em saneamento ou energia renovável; em biodiversidade ou combate ao desmatamento; em reciclagem de lixo ou limpeza dos rios e oceanos; em exploração de petróleo ou reflorestamento. Tudo isso junto faz parte de um universo de possibilidades e novos negócios, sendo feito por empresa, sociedade e governo, e gerando lucros. Não podemos desperdiçar a chance de mostrar ao mundo nosso potencial, o acervo de experiências bem-sucedidas de nossas empresas e as enormes possibilidades de novos negócios que pode ensejar uma visão estratégica aliando desenvolvimento e sustentabilidade.

Marina Grossi é presidente do Conselho Empresarial Brasileiro para o Desenvolvimento Sustentável (CEBDS) desde 2009 e membro do CPLC (Carbon Pricing Leadership Colalition) do Banco Mundial desde 2018.

VEÍCULO: Valor Econômico

Data: 22/01/2019

Seção: Empresas

Autor:

Título: Destaques

Consumo de aço cai

O consumo aparente de produtos siderúrgicos no Brasil caiu 1,9% em dezembro, para 1,5 milhão de toneladas, na comparação anual. O levantamento, que reúne tanto as vendas de empresas locais quanto as importações, é feito pelo Instituto Aço Brasil. Em 2018, o consumo aparente nacional atingiu 20,6 milhões de toneladas, crescimento de 7,3% ante 2017. As vendas internas caíram 3,2% no mês passado, para 1,4 milhão de toneladas em relação a dezembro de 2017. No ano fechado, foram vendidas 18,3 milhões de toneladas, elevação de 8,2%. Já a produção brasileira de aço bruto caiu 6,3% em dezembro, para 2,6 milhões de toneladas. Em, 2018, o crescimento foi de 1,1%, para 34,7 milhões de toneladas. As importações de aço subiram 9,6% em dezembro, para 160 mil toneladas. Já no acumulado de janeiro a dezembro a expansão foi de 3,3%, para 2,4 milhões de toneladas.

VEÍCULO: Valor Econômico

Data: 22/01/2019

Seção: Empresas

Autor: Camila Maia | De São Paulo

Título: Cosan aposta em geração de caixa da Comgás

A Cosan caminha para concluir em breve a aquisição de praticamente a totalidade da Comgás. A companhia lançou, na sexta-feira, uma oferta pública de aquisição de ações (OPA) pelas preferenciais classe A (PNA) da distribuidora de gás, por R\$ 82 por ação, em uma aposta na futura geração de caixa da companhia - que rende bons dividendos para sua controladora a cada ano.

Segundo fontes, o negócio ganhou força depois que a gestora de recursos Alaska, que tem 41,8% das PNAs da Comgás em circulação, demonstrou interesse em se desfazer da posição. Para a Cosan, foi considerado mais interessante adquirir a fatia da Alaska por meio da OPA, uma vez que esta seria inevitável.

A OPA será voluntária, condicionada à adesão de dois terços dos acionistas detentores das 23,5 milhões de PNAs em circulação. Caso a adesão seja total, a Cosan vai desembolsar cerca de R\$ 1,93 bilhão, sendo que R\$ 807,5 milhões irão para a Alaska. Nesse cenário, a participação total da companhia de Rubens Ometto na distribuidora de gás subiria de 80,11% para 98%.

A aquisição será financiada em parte por meio de um empréstimo R\$ 1,7 bilhão tomado com o BTG Pactual, pelo prazo de até dois anos e taxa de juros de até 110% do CDI. O restante será pago com recursos que a empresa tem em caixa. Ao fim de setembro, a Cosan tinha R\$ 4,4 bilhões em caixa. A estrutura da

operação garante ainda que a alavancagem do grupo Cosan não será pressionada, com relação entre dívida líquida e Ebitda abaixo de 2,5 vezes.

A Cosan informou, por meio de fato relevante, que a operação não implicará no cancelamento do registro da Comgás como emissora de valores mobiliários.

O **Valor** apurou que a companhia não lançou, neste momento, uma OPA de fechamento de capital porque seria uma operação mais complexa, com exigência de registro na Comissão de Valores Mobiliários (CVM) e prazos que poderiam levar o negócio a demorar seis meses para ser concluído.

"Como vai sobrar uma participação muito pequena, será mais fácil resolver no futuro. Consideraram melhor comprar 18% agora com rapidez do que fechar o capital em uma transação mais complexa", disse uma fonte com conhecimento da operação.

O preço oferecido pela Cosan, de R\$ 82 por PNA, embute um prêmio de 23,3% em relação ao fechamento de sexta-feira.

O preço é também superior ao pago pela Cosan em 2017 quando comprou uma fatia de 16,77% que a Shell tinha na distribuidora de gás. A operação, que envolveu permuta de ações e pagamento em dinheiro, chegou num valor implícito de R\$ 53,05 por ação da Comgás. Em 2012, quando a Cosan comprou o controle da companhia, pagou R\$ 47,25 por ação.

Para a Cosan, o entendimento é que a empresa não está sendo negociada a um preço justo na bolsa, apurou o **Valor**. Como há uma fatia pequena de ações no mercado, e a liquidez é muito baixa, "isso inibe a precificação correta do papel", disse uma fonte.

Com receita líquida anual da ordem de R\$ 8 bilhões, a Comgás valia na bolsa semana passada R\$ 8,6 bilhões, ou metade dos R\$ 17 bilhões da controladora Cosan, que tem faturamento líquido anual superior a R\$ 60 bilhões. Além da distribuidora de gás, o grupo Cosan abriga a companhia de lubrificantes Moove e as operações da Raízen, de distribuição de combustíveis e de produção de açúcar e álcool, em joint-venture com a Shell, sem contar 28% da Rumo Logística, avaliada em R\$ 29 bilhões na bolsa brasileira.

A explicação para a avaliação de mercado está na capacidade de geração de caixa da companhia de gás. A empresa paulista de distribuição de gás teve uma geração de fluxo de caixa operacional de R\$ 1,29 bilhão de janeiro a setembro, pouco menos que o R\$ 1,36 bilhão provenientes dos 50% detidos na Raízen Energia e Raízen Combustíveis.

A geração de caixa estável e com tendência de crescimento resulta em pagamentos frequentes de dividendos. Entre 2012 e 2018, a companhia distribuiu um total de R\$ 3,4 bilhões em proventos aos seus acionistas.

O anúncio impulsionou as ações da Comgás ontem. A PNA subiu 20,3%, para R\$ 80, enquanto as ações ordinárias avançaram 16,7%, a R\$ 75,25. A Cosan, contudo, reagiu negativamente, devido à percepção de que o prêmio oferecido foi elevado para uma fatia minoritária. As ON da companhia caíram 3,01%, a R\$ 40,91.

Para o Bradesco BBI, o preço oferecido seria justificado se a revisão tarifária da Comgás, iniciada em 2014 e ainda sem conclusão, tivesse um resultado favorável para a companhia. Em relatório enviado a clientes, os analistas Vicente Falanga, Leandro Fontanesi e Osmar Camilo destacaram que informações iniciais sobre o processo, como o Wacc (custo médio ponderado de capital) de 8,2%, são positivos, "mas ainda há muitos riscos envolvidos."

Procuradas, Cosan e Comgás disseram que não iriam fazer comentários adicionais aos comunicados divulgados ao mercado. A gestora Alaska não respondeu a reportagem. **(Colaboraram Graziella Valenti e Marcelle Gutierrez)**

VEÍCULO: Valor Econômico

Data: 22/01/2019

Seção: Empresas

Autor: Joe Richter e Susanne Barton | Bloomberg, de Nova York

Título: Prata perde atratividade e cotação mantém queda

A prata acaba de encerrar seu pior período anual nos últimos três anos. E, em 2019, os investidores também não estão mostrando muita simpatia pelo metal. A commodity apagou os ganhos de 2019, enquanto o ouro, a platina e o paládio mantêm os deles. Na sexta-feira, os futuros da prata registraram a maior perda semanal desde novembro.

Os analistas afirmam que a prata está sendo atingida por pelo menos dois lados em um momento em que os investidores demonstram pouco interesse por sua condição de refúgio e de commodity industrial. O otimismo em relação às negociações comerciais está impulsionando as ações e reduzindo a procura por refúgios contra as turbulências do mercado. Ao mesmo tempo, a cautela em relação à projeção econômica mais ampla diminui as perspectivas para a demanda industrial em um momento em que a prata é abundante.

A prata tem um componente industrial, e os metais industriais têm sido "prejudicados pela preocupação com a desaceleração do crescimento global", disse Daniel Ghali, estrategista de commodities da TD Securities. Hoje espera-se um "aumento nos preços por causa da esperança crescente de um acordo comercial entre EUA e China. Mas ainda há muito estoque, o que pressiona o preço do metal."

"Não há nenhuma escassez de prata", disse Tai Wong, da BMO Capital Markets, por telefone. "As pessoas compravam prata por causa do ouro, e não por fundamentos sólidos. Assim que o ouro recua, o desejo de manter a prata desaparece rapidamente."

VEÍCULO: Valor Econômico

Data: 22/01/2019

Seção: Empresas

Autor:

Título: Curtas

Conselho da Petrobras I

A Petrobras informou ontem que a União, como acionista controlador, indicou Nivio Ziviani para exercer o cargo de membro do conselho de administração da companhia. A estatal destacou que a indicação será submetida aos procedimentos internos de governança corporativa, incluindo análises de conformidade e integridade necessárias ao processo sucessório da Petrobras. Tal processo envolve avaliação do comitê de indicação, remuneração e sucessão do conselho de administração, do próprio colegiado e, posteriormente da assembleia geral de acionistas. Na quarta-feira da semana passada, o geólogo John Forman apresentou carta de renúncia à indicação ao conselho de administração, alegando razões de ordem pessoal. Ele havia sido indicado no dia 14 pelo governo.

Conselho da Petrobras II

Nivio Ziviani é graduado em engenharia mecânica pela UFMG, com mestrado em informática pela PUC-RJ e Ph.D em Computer Science pela Universidade de Waterloo, Canadá. É especialista em tecnologia da informação, sendo destacado acadêmico e empreendedor. Ele também fundou várias empresas, como Kunumi, Neemu, Akwan Information Technologies e Miner Technology Group. Segundo o comunicado da estatal o professor Ziviani é cocriador da máquina de busca TodoBR. Segundo a Petrobras, a indicação é consistente com a ênfase

dada à tecnologia da informação no processo de mudança transformacional para a maximização da geração de valor para os acionistas e o Brasil.

Produção da BHP

A BHP Billiton produziu 119 milhões de toneladas de minério de ferro no segundo semestre fiscal de 2018 - encerrado em dezembro. O resultado representa aumento de 2% na comparação anual. Segundo a empresa, o crescimento no volume do período reflete produção recorde na unidade de Jimblebar e o impacto do incêndio em Mt. Whalebak no ano anterior. Esses fatores foram parcialmente ofuscados pela manutenção planejada no terceiro trimestre e pelo descarrilamento de um trem em 5 de novembro, que resultou na suspensão das operações por cinco dias.

Minério ganha força

O minério de ferro negociado no mercado à vista do porto chinês de Qingdao subiu 0,26% ontem, para US\$ 75,90 a tonelada, segundo a "Metal Bulletin". O índice leva em conta o produto com teor de ferro de 62%. Com a alta desta segunda-feira, a commodity atinge a maior cotação desde 14 de novembro. No ano, o produto acumula valorização de 4,36%. No mercado futuro, os contratos do minério para maio subiram 2,21% em Dalian, a 533 yuans a tonelada.

VEÍCULO: Valor Econômico

Data: 22/01/2019

Seção: Finanças

Autor: Victor Aguiar | De São Paulo

Título: Para XP, Ibovespa pode bater 125 mil pontos após avanço da Previdência

A conclusão com êxito da reforma da Previdência é apontada pela XP Investimentos como principal fator de influência para os ativos brasileiros nos próximos anos. A depender da amplitude da proposta aprovada pelo governo Bolsonaro, a instituição afirma que o Produto Interno Bruto (PIB) do país pode crescer de 2,5% a 3% ao ano a partir de 2019 - a Selic e o dólar também estão sujeitos à extensão da reforma. Quanto ao mercado acionário, a XP crê que o Ibovespa poderá chegar aos 125 mil pontos ainda neste ano.

Em relatório, a instituição diz que a aprovação de um texto semelhante ao do governo Temer levaria a Selic a ficar entre 8% e 9% e o câmbio entre R\$ 3,50 e R\$ 3,70, além de implicar em aumento de, ao menos, 2,5% do PIB já neste ano.

Uma reforma "diluída" e sem cumprimento do teto de gastos, no entanto, resultaria numa aceleração gradual da inflação a partir de 2019, com PIB

avancando de 1% a 2% e Selic na faixa de 9% a 10%, com viés de alta - o câmbio oscilaria de R\$ 4 a R\$ 4,20. Caso a reforma não ocorra, a XP vê crescimento de 1% do PIB, juros em 11% para o período entre 2019 e 2020 e câmbio com tendência de depreciação rumo aos R\$ 5,00.

No momento, a XP diz trabalhar com um cenário-base de aprovação de um texto entre os dois primeiros cenários, com possibilidade cada vez maior de êxito de uma reforma mais abrangente - a não-realização de alterações na Previdência é vista como improvável.

A equipe de análise da XP ainda indica a privatização de ativos estatais como tema importante para 2019. O documento destaca que potenciais desinvestimentos a serem promovidos pela Petrobras poderiam gerar ganhos de até R\$ 113,74 bilhões à empresa, incluindo a venda de participação na Transportadora Associada de Gás (TAG), nas parcerias em refinarias no Sudeste e Nordeste, na BR Distribuidora e na Braskem.

Quanto às reformas tributárias sinalizadas pelo governo, a XP defende que devem ser endereçadas "pontualmente" e somente após a aprovação da reforma da Previdência. A instituição afirma que a eventual redução de alíquotas de importação e barreiras não-tarifárias pode impactar negativamente empresas de setores de siderurgia e industriais, como a WEG.

No melhor dos cenários - isto é, com a aprovação de uma reforma da Previdência ampla e com a adoção de uma agenda liberal -, a XP afirma que o Ibovespa poderá chegar aos 125 mil pontos neste ano. A instituição aponta ações de estatais e de empresas expostas ao ciclo doméstico como principais apostas.

Entre as estatais, a XP tem recomendação de compra para as ações da Petrobras, com a tese de investimento ancorada na continuidade do plano de venda de ativos, no aumento do pagamento de dividendos e na eventual oportunidade de ressarcimento no âmbito da cessão onerosa - oscilações no preço do petróleo, por outro lado, representam risco à empresa.

Entre os papéis expostos à economia doméstica, o destaque fica para os bancos, dada a inadimplência em níveis baixos e a demanda por crédito em alta, além do setor de varejo, com a expectativa de que o cenário macroeconômico mais favorável impulsione o crescimento das empresas. As siderúrgicas, por sua vez, tendem a se beneficiar pelo aumento de volume e diluição de custos em 2019.

MME / ASCOM .